



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

AS POLÍTICAS SOCIAIS SOB A ÓTICA CAPITALISTA E SOCIALISTA: UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DA SOCIEDADE CUBANA

Mainara Mizzi Rocha Frota
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
E-mai: mainarafrota@yahoo.com.br

Introdução:

A literatura nacional e internacional sobre a pobreza e a extrema desigualdade social enfrenta e assume vários discursos. A preocupação dos intelectuais, dos Estados e da sociedade, atualmente, vai além dessas produções teóricas que buscam compreender e entender esses fenômenos, mas estão concentrados na necessidade de solucioná-los.

Cuba alcançou de maneira simultânea o crescimento econômico e a equidade social no período 1959-1989, graças às relações benéficas que manteve com os países membros do extinto Conselho para Assistência Económica Mútua (CAEM), especialmente a União Soviética (CEPAL, 2005). Dentro dessa conjuntura macroeconômica, os estudos sobre pobreza em Cuba seguiu um caminho diferente daquele observado nas economias capitalistas de terceiro mundo. Ao contrário da grande disparidade social encontrada nesses países a ilha socialista não apresentava mais pobreza coletiva, mas apenas parcial que influenciava a composição do agregado familiar demográfico e socioeconômico ou a presença de outras deficiências específicas e situações de precariedade, em alguns grupos sociais e áreas específicas do país.

Desde o triunfo da revolução um conjunto de mudanças radicais foram destinadas a erradicar os mecanismos geradores de desigualdade e de pobreza. Cuba tomou como foco o desenvolvimento de políticas e programas focados na expansão de oportunidades para a população nas áreas-chave do desenvolvimento humano, tais como: saúde, educação, emprego, segurança social e assistência.

Entretanto, no início dos anos 90 a preocupação acadêmica sobre pobreza, desigualdade e vulnerabilidade é intensificada em decorrência, dentre outros, do colapso do bloco socialista europeu, do reforço do bloqueio dos EUA contra Cuba e da crise dentro do modelo da economia cubana. A combinação desses fatores e a adoção de uma nova estratégia de desenvolvimento econômico obrigou a empreender um processo de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ajustamento e de reformas econômicas com o objetivo de restaurar o equilíbrio social e econômico da ilha para assim empreender o caminho para a recuperação produtiva.

Assim sendo, propomos neste artigo apresentar, inicialmente, uma visão geral das políticas sociais sob duas perspectivas de bem-estar: capitalista e socialista e a partir da perspectiva socialista desenvolver um estudo teórico da sociedade cubana. Portanto, apresentaremos o que poderia ser identificado como a experiência de Cuba no combate a pobreza a partir do triunfo revolucionário que buscou erradicar os mecanismos criadores de desigualdades por meio de uma efetiva reforma agrária e da criação de um conjunto ativo de políticas sociais. Para tanto, analisaremos as estratégias adotadas pelo governo socialista no que tange a implementação de políticas sociais pós revolução e no enfrentamento da crise a partir dos anos 90.

Estados de bem-estar sob a ótica capitalista e socialista:

Na Europa, a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, as idéias liberais e as novas relações de trabalho entre capitalistas e operários impulsionaram o crescimento econômico capitalista. A ideologia da sociedade nessa época justificava a riqueza como mérito pela realização do trabalho. Já a situação de pobreza era considerada fruto do fracasso do próprio indivíduo e a sociedade não se responsabilizava por esta situação (REZENDE, 2000).

É importante ressaltar que o Estado de Direito, constituído nesse período fundamentou-se na liberdade política e na igualdade de participação dos cidadãos e foi gerenciado pela classe dominante. Desta maneira, a conformação deste Estado tem em sua base o estabelecimento dos direitos civis e políticos. Já o Estado Social constituiu bases concretas dos direitos sociais no século XIX. Esses direitos surgem das necessidades substanciais demandadas das classes trabalhadoras durante o mesmo século (COUTO, 2004). Os liberais, com a intenção de conservar a disposição para competição no mercado capitalista e garantir seus objetivos centrais, liberdade e autonomia, defendem a idéia de que a política econômica do *laissez-faire* no âmbito doméstico e do livre comércio entre as nações é a mais adequada à estabilidade social, ao progresso, a solução dos problemas da pobreza e da paz universal, assim sendo, toda



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

forma de intervenção do Estado é prejudicial ao espírito empreendedor do trabalhador (CESAR, 2005).

Essa conjuntura teórico-ideológica do *laissez – faire* segundo Kerstenetzky (2006), está relacionada à visão de justiça de mercado – noção residual e característica do estado liberal e mais tarde do que convencionou-se chamar de neoliberalismo - ou seja, o mercado seria dotado de uma capacidade integradora a (quase) totalidade da população, assim, a verdadeira política social seria a política econômica. Esse argumento rejeita as desigualdades econômicas e suas causas passando a despertar uma reação negativa da parte de interlocutores que se identificam com ideais de justiça distributiva. Nesse campo normativo-conceitual, Kerstenetzky argumenta que,

Na medida em que a política social sofre, nesta abordagem do problema, uma compartimentalização, seu vínculo com a noção de direitos sociais universais perde força, e ela se torna um coadjuvante do objetivo de eficiência econômica. Diz-se, e lamenta-se então, que o imperativo da eficiência global — obtida imbativelmente pela livre operação dos mercados — superou o dos direitos (exceto, naturalmente, aqueles necessários à operação de mercados livres) e o da (efetiva) equidade, a qual seria mais sensível a demandas também pela redução das desigualdades e não apenas da “pobreza imerecida” (KERSTENETZKY, 2006, p.569).

No entanto, esse panorama político liberal mostrou-se incapaz de minimizar os problemas gerados pelo mercado e acabou por necessitar da intervenção estatal devido às crescentes desigualdades sociais resultantes das transformações econômicas, sociais e políticas ocasionadas pela revolução industrial, à necessidade de regulamentar as relações de trabalho e as questões da reprodução da força de trabalho (SPOSATI, 2002). Assim, o estado passa a reconhecer as desigualdades sociais como resultado de contradições estruturais do sistema capitalista.

O cenário econômico e político do século XIX e XX foi pautado pela hegemonia desse sistema. Entretanto, em 1929, o capitalismo sofre um grande período de recessão que foi marcado principalmente por uma crise mundial e mais tarde pela emergência da 2ª Grande Guerra Mundial (1939-1945). Esse contexto resultou em uma relativa desarticulação da economia mundial e uma reordenação da ordem conjuntural predominante até então.

Nesse momento, consolida-se uma nova esfera de ação estatal: a esfera social ampliada para o campo dos direitos sociais. Assim, o estado capitalista passa a ser



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

configurado como um estado de bem-estar (welfare state): caracteriza-se pela intervenção do estado na economia e na sociedade no sentido de assegurar a melhoria do nível de vida da população mediante a provisão gratuita ou subsidiária de renda, moradia, saúde, alimentação, educação, etc. aspectos assegurados como um direito de cidadania. Busca, portanto, compensar as desigualdades crescentes geradas pelo mercado limitando os efeitos nocivos da desregulação das relações de trabalho através da implementação de políticas sociais.

O *Welfare State* é o modelo paradigmático das políticas sociais no século XX e sua formulação segue uma lógica Keynesiana de enfrentamento da crise que atingiu o sistema capitalista em 1929. A política social está localizada, portanto, ao lado de outras medidas anticrise, que tentavam garantir uma elevação da demanda global a partir da ação do Estado (BEHRING, 1998). Segundo Pereira (1994) a política social refere-se

a programas de ação que, através do esforço organizado, se dirige a atender as necessidades sociais cuja solução transcende a iniciativa privada, individual e espontânea e requer uma decisão coletiva regulamentada e amparada por leis impessoais e objetivas, que garantem direito (PEREIRA, 1994, p.1).

A fim de focar teoricamente a categoria política social sob a perspectiva de dois contextos sócio-políticos – capitalismo e socialismo - é necessário construir um conceito representativo a cerca da participação e regulação do Estado perante as vastas demandas sociais.

A vertente teórica e ideológica capitalista toma como diretriz de política social a igualdade liberal-burguesa dos séculos XVIII e XIX apoiada em um enfoque funcional e desenvolvidas no princípio do século XX até os anos 70 em torno do chamado Estado de bem-estar social que, como já foi demonstrado se caracteriza pela intervenção do estado na economia e na sociedade no sentido de assegurar a melhoria do nível de vida da população mediante a provisão gratuita ou subsidiária de renda, moradia, saúde, alimentação, educação, etc. aspectos assegurados como um direito de cidadania (CÉSAR, 2005).

As políticas sociais no capitalismo aparecem como elemento concreto que visa responder as vastas demandas sociais. Essas são comumente definidas como um conjunto de medidas e programas que tem por objeto garantir o bem-estar social da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

população, providos e regulados, em sua grande maioria, pelo poder estatal. (MARSHALL, 1963; ESPING-ANDERSEN, 1990).

Para Zimmermann e Alves (2009) o Estado de Bem-Estar social pode ser caracterizado pela mobilização do aparelho do Estado, em uma sociedade capitalista, com o objetivo de realizar um conjunto de medidas que visem à geração de empregos e o bem-estar de sua população. Essas medidas teriam como consequência final à redução da pobreza e das desigualdades sociais. Sob uma perspectiva socialista, César (2005) argumenta que

O sistema de proteção social capitalista se baseia na coexistência da carência e da abundância, ou seja, de uma lógica de acumulação capitalista e na lógica de atenção das necessidades humanas, guiado pelo critério de rentabilidade econômica, regulado por um sistema de mercado. O bem estar social se caracteriza por uma instituição social útil, que serve para o alcance de objetivos e dessa maneira se desenvolve de uma forma fragmentada e pragmática. Os serviços sociais são algo convenientes para manter o sistema, em um jogo de forças contrárias (CÉSAR, 2005, p.18).

Já para Vieira (2004), a política social é vista como um instrumento capaz de compensar as falhas do mercado, voltada à ação e projetos dos governos, aos problemas sociais, à reprodução das relações sociais, à transformação dos trabalhadores não assalariados em trabalhadores assalariados e ao abrandamento dos conflitos de classe. Nesse sentido, as políticas sociais são vistas nas sociedades capitalistas como instrumentos capazes de “abrandar” os conflitos de classe e não de eliminá-los.

A caracterização das políticas sociais capitalistas a partir da emergência do Welfare State torna-se necessário para demonstrar o esquema de bem-estar socialista que, segundo César (2005)

(...) no es analizado em sí mismo, pero si a partir de su antítesis, el bienestar burgués, una vez que aquél siempre fue una utopía pensada y elaborada desde las contradicciones del sistema capitalista. Y también el socialismo no propone el bienestar como un problema teórico, ya eu el mismo era pensado como una problemática práctica que se resolvería, casi de manera automática, com el desarrollo de las fuerzas productivas (CESAR, 2005, p.14).

Em suma, a noção de bem estar da sociedade socialista perpassa as significações individuais de equidade, igualdade e justiça adotadas pelo capitalismo. Nessa



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

perspectiva equidade se refere a uma *imparcialidade* em uma distribuição ou justiça; igualdade significa dar as pessoas as mesmas oportunidades e o mesmo acesso a recursos e serviços. No contexto socialista a posição da qual partem as pessoas é desigual, elas recebem recursos desiguais. Assim, a igualdade não é equitativa, pois requer recompensas desiguais para um esforço e qualificações desiguais. A necessidade em Marx é uma necessidade social, que tem um princípio de distribuição como orientador. A política e a planificação econômica em uma sociedade socialista devem estar subordinadas a uma planificação social, ao inverso do sistema de planificação de uma sociedade capitalista.

Segundo Mishra (1981, apud CESAR, 2005, p.1) as reformas sociais só assumem sua importância no esquema de valores marxistas quando estas provocam mudanças significativas na realidade de classes e na estrutura econômica. Para os marxistas o Welfare State retarda mais que ajuda a causa da revolução, já que incorpora os trabalhadores no cenário econômico tornando o capitalismo mais estável. Esse modelo de bem estar remete para o fato de que, as políticas sociais no capitalismo não passam de políticas assistencialistas que não apresentam mecanismos eficientes de combate a pobreza. Na verdade, essas políticas disseminam uma ilusão de bem-estar para as classes abastardas, já que não rompem com a dinâmica de classes sociais.

A desestruturação do Welfare State e o desmonte do campo socialista, na Europa oriental e na União Soviética de 89 a 91 estabelecem uma “nova” configuração no cenário mundial. O ideário liberal ressurgiu a partir do neoliberalismo e a defesa do mercado livre ganha centralidade juntamente com as privatizações, a desigualdade social, etc. O neoliberalismo é um fenômeno distinto do liberalismo clássico do século passado. Surgiu na região da Europa e da América do Norte como uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem estar (CÉSAR, 2005).

Sorj (2004) afirma que

A crise do estado de bem-estar é produto de um longo processo pelo qual os “direitos sociais”, originados em torno da figura do trabalhador, passaram a ser generalizado e, em boa medida, desencaxados do sistema de seguro obrigatório que os financiava. À medida que novos setores se acoplavam ao estado de bem-estar, os custos eram transferidos ou aos grupos “pagantes”, isto é, trabalhadores e patrões, ou ao Estado, que se financiava através de impostos ou políticas inflacionárias. O novo contexto criou as condições para as chamadas políticas neoliberais, apoiada por amplos seguimentos sociais que se sentiam prejudicados com a dinâmica de financiamento dos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

crescentes custos de manutenção do sistema ou afetados pela inflação (SORJ, 2004, p. 45).

Euzéby (2004) ressalta que principalmente no início dos anos 1980 com a intensificação do processo de globalização, as idéias neoliberais tornaram-se hegemônicas traduzindo-se num enfraquecimento da legitimidade da proteção social. Nesse sentido, percebe-se um desmonte de políticas nacionais básicas cujas principais implicações são: cortes nos programas sociais, diminuição dos benefícios da seguridade social, valorização de velhas formas de ajuda social.

Sob a hegemonia econômica neoliberal, as respostas capitalistas pela forma de políticas sociais têm sido relativa à flexibilização das relações de trabalho, a seletividade e focalização da provisão social e a falta de compromisso com o estabelecimento de mínimos sociais como direito de todos. Assim, a noção de direito ao acesso a respostas públicas como condição universal fica fragilizada e é reforçado o modelo político da subsidiariedade que propõe a intervenção estatal para último plano ou só quando ocorrer ausência da família em prover as necessidades básicas do indivíduo. Quando isso acontece, a garantia social é tão rebaixada em seu alcance que o padrão de qualidade não consegue afiançar autonomia ou segurança aos cidadãos que são seus usuários (SPOSATI, 2002).

Panorama sócio-histórico das políticas sociais em Cuba:

Antes da revolução, o cenário cubano era caracterizado, dentre outras, por uma ampla submissão e dependência dos EUA, grande parte das terras estavam nas mãos de empresas estrangeiras estadunidenses, ampla parcela da população vivia em situações de extrema pobreza e havia uma enorme desigualdade social. Com o triunfo da revolução no dia 1º de Janeiro de 1959, o governo revolucionário produziu um conjunto de políticas sociais com um caráter marcado de libertação nacional e de justiça social que, tiveram como objetivos estratégicos a eliminação das causas geradoras de pobreza e a transformação do homem em sujeito social ativo, em cidadão portador de direitos, tendo como base a criação de um setor público dominante. No livro “La Historia me



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Absolverá”¹, Fidel Castro resume os seis principais problemas a serem erradicados pelo novo governo,

El problema de la tierra, el problema de la industrialización, el problema de la vivienda, el problema del desempleo, El problema de la educación, y el problema de la salud del pueblo, he ahí concretados los seis puntos a cuya solución se hubieran encaminado resueltamente nuestros esfuerzos, junto con la conquista de las libertades públicas y la democracia política (CASTRO, 1979, p. 47).

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento social em que se sustenta a política social cubana significa avançar de maneira simultânea no melhoramento das condições de vida e de bem-estar material, na equidade, na transformação de valores e no comportamento das relações sociais. Assim, essa política passou a caracterizar-se pela universalização dos direitos sociais de cidadania a fim de garantir uma cobertura total em alimentação básica, educação, saúde, seguridade e assistência social, emprego e acesso a bens culturais. Estes direitos são previstos em um nível básico a toda a população sem distinção de ingresso, através de mecanismos não mercantis (mediante atribuições gratuitas). Essas questões tornaram-se os objetivos centrais da política revolucionária (ÁLVAREZ & CRUZ, 2009).

A política social cubana durante o período revolucionário pode ser qualificada como uma política de igualdade já que sua implantação e sua meta consistem em buscar igualdade de acesso em oportunidades de bem-estar e resultados equiparado da satisfação das necessidades para todos os setores sociais a partir da eliminação da exploração e da exclusão. Para garantir isso se necessita do controle público, em graus diversos, não só da distribuição, mas também da produção e das relações de propriedade que sustentam o processo produtivo (ESPINA, 2008).

Cuba industrializava-se conciliando crescimento econômico com integração social e equidade. Entretanto, nos anos 90, Cuba passa por uma profunda crise causada,

¹ O livro *A História me Absolverá* é considerado um valioso documento histórico e um dos textos mais importantes para compreensão da conjuntura histórica que antecedeu a Revolução Cubana. Trata-se da íntegra do discurso de defesa de Fidel Castro frente ao Tribunal de Exceção do governo de Fulgêncio Batista, por ocasião do julgamento que Fidel foi submetido pela ditadura cubana, após ter liderado o levante ao quartel e Moncada (tentativa de derrubar Fulgêncio Batista), em 26 de julho de 1953.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

principalmente, pela queda do bloco socialista que integrava a URSS e a Europa do Leste. Somando-se a essa conjuntura o reforço do bloqueio econômico, comercial e financeiro por parte dos Estados Unidos, mediante as Leis Torricelli (1992) e Helms-Burton (1996) agravou ainda mais a situação da ilha (NEGRÍN, 2003).

Com isso, no início dos anos 90 foram tomadas uma série de medidas emergentes de cunho social, tais como: manter os trabalhadores em seus empregos, conservar seus salários, garantir pensões a todos os beneficiários dos sistemas de seguridade e assistência social e preservar ao máximo os sistemas de saúde e educação. A partir dos anos 2000 é visível uma inflexão nas políticas sociais, caracterizada por Ferriol y Castiñeiras (2002, p. 164) como “una revolución social dentro del desarrollo social alcanzado.”

Mesmo com esse conjunto de medidas, Cuba começa a enfrentar grandes desafios no campo social. Por um lado, a brusca redução de importações pela escassez de divisas provocou a carência de recursos necessários, e por outro, os anos de crise provocaram um sério deterioramento da infra-estrutura do seu conjunto. Mesa-Lago (2005) ressalta que

Las modestas reformas orientadas al mercado en 1993-1996 lograron una recuperación parcial, pero luego se paralizaron y se han revertido a partir del 2003. Los indicadores sociales mejoraron después de 1994, pero en 2003 varios de ellos no recuperaban aún el nivel de 1989 y la pobreza y la desigualdad habían aumentado (MESA-LAGO, 2005, p.1).

Dentro dessa perspectiva, o autor contesta a afirmação da CEPAL de que o estado cubano é um modelo de desenvolvimento integral a ser seguido em outros países latino-americanos, pois é capaz de gerar um equilíbrio entre desenvolvimento produtivo com bem-estar social e equidade, apesar do colapso do campo socialista e os constrangimentos subsequente da crise externa. Segundo Mesa-Lago (2005) Cuba não é um modelo de desenvolvimento econômico para a região, por algumas razões,

1. A variação anual do PIB cubano foi de -1,4% em 1991-2000, a taxa mais baixa da América Latina e no Caribe (...).
2. Apesar da recuperação, a produção agrícola principal e em 2003 ainda estavam entre 20% e 89% abaixo do nível de 1989, exceções importantes são a produção de petróleo e níquel, apesar da redução em 2002 e 2003 (...).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

3. O valor das exportações em 2003 ficou 70% abaixo do nível 1989 e ao nível das importações foi de 43% inferiores, o primeiro ainda concentrada em produtos tradicionais, enquanto o segundo indica uma queda na auto-suficiência alimentar e industrialização de substituição de importações, os termos de troca deterioraram-se em 56% no período 1989-2003, o déficit na balança comercial em 2003 foi de 3.000 milhões de dólares e mostra uma tendência ascendente desde 1995, a dívida externa aumentou 77% em 1989-2003, o investimento direto estrangeiro desembolsados ao longo o período foi de uma média de apenas US \$ 200 milhões e em 1991-2002 foi posteriormente reduzida.

4. Turismo e as remessas são as principais fontes de divisas estrangeiras, mas não conseguem compensar reduções severas em outras áreas (MESA-LAGO ,2005, p.2-3)

No que concerne aos dados relativos a concentração de renda, Ferriol *et al* (1998), ressalta que, no final dos anos 90 o coeficiente de Gini aumentou para 0,38, superando assim o índice de 0,24 dos anos 80, o que nos revela uma tendência de concentração de renda invertendo a lógica homogeneizante observada anteriormente.

Essa crise que se instalou a princípios dos anos 90 debilitou as possibilidades destes mecanismos de cobrir as necessidades básicas de toda a população. Entretanto, a reforma não se desmantelou, mas foi utilizada como um instrumento para garantir a proteção dos mais vulneráveis. A reforma dos anos 90 teve dois momentos em matéria de política social.

A primeira fase da crise (1993-2000) foi caracterizada por algumas variações no projeto, na gestão e no financiamento das políticas sociais. Além disso, iniciou-se um processo de criação de condições para a recuperação econômica e a amortização dos custos sociais da crise (ESPINA, 2008). De uma forma geral, os objetivos da política em cada uma das áreas sociais foram aperfeiçoados e novas estratégias foram traçadas. Na política de emprego, por exemplo, o governo tornou-se mais flexível abrindo mais espaço aos empregos privados, trabalhos por conta própria, a garantia de proteção dos trabalhadores das atividades econômicas reestruturadas e buscou reforçar o papel do Estado na proteção aos desempregados. O trabalho no campo é também ilustrativo das mudanças da concepção e implementação das políticas sociais. Foi criado um tipo de remuneração especial, além do sistema de salários existentes, como forma de pagamento direto resultados para as atividades de divisas. Na verdade, houve uma descentralização de competências relacionadas a gestão social que, buscou trazer novos instrumentos de financiamento. Em geral, foi promovido auto-financiamento das



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

políticas e criou-se programas paralelos que prezava a participação das organizações sociais que buscava incrementar a participação da sociedade na revitalização e recuperação dos projetos sociais (CEPAL, 2004).

A segunda fase (a partir do ano 2000), apesar das dificuldades econômicas, esse momento é marcado pela incorporação de novos objetivos na política social e no desenvolvimento social estratégico, tais como: centralização da ação proativa do Estado a fim de garantir a equidade. Assim, buscou-se implementar novos programas sociais dirigidos a modernização, ao resgate de serviços públicos, especialmente em saúde e educação e a prestação de assistência social mais localizados e personalizados. Priorizou-se o espaço local e comunitário como cenário da política social e se concentrou a atenção nas situações de vulnerabilidade, tais como: pessoas afetadas por ciclones, crianças desnutridas, gestantes com baixo peso, etc. (ESPINA, 2008). Dentre esses serviços, se destaca a política de informatização que busca garantir o ensino de informática desde os mais jovens com o objetivo de fazer da computação instrumento essencial para a eficiência econômica e social, proporcionando assim, um aumento da cultura geral. Além disso, os novos programas têm buscado avaliar melhor a situação dos potenciais beneficiários, selecioná-lo e conhecer de maneira particular as suas necessidades, a fim de melhor atendê-lo (CEPAL, 2004).

Este segundo momento partiu de um diagnóstico realista do quadro de desigualdade e optou por combinar instrumentos universais e focalizados como importantes ações de desenvolvimento, especialmente na recuperação da educação como canal de mobilidade social e interrupção da cadeia geracional de reprodução das desvantagens sociais. Segundo Espina (2008), essa estratégia social apresenta algumas insuficiências, pois conserva um estilo homogeneizador e hiperestadista que apresenta uma débil articulação entre as dimensões econômicas e sociais do desenvolvimento e a falta de sustentabilidade econômica dos programas sociais, o excessivo centralismo, que não permite atuar sobre as situações específicas, territoriais e grupais; o escasso protagonismo dos atores locais, governamentais e extragovernamentais; a baixa complementação com os atores privados para o financiamento e a implementação da política social; a insuficiência dos mecanismos participativos e de controle; a tendência a reforçar áreas que já tem uma cobertura adequada (como saúde e educação), no qual impede destinar recursos extras a outras áreas necessitadas (como moradia e emprego).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Assim, a autora argumenta que, a crescente diferença social de Cuba, o surgimento de novos grupos sociais, as relações mercantis não é um acidente conjuntural mas um rasgo estrutural derivado do funcionamento da economia. A fim de restaurar o equilíbrio social e econômico da ilha seria necessário explorar novas políticas sociais que pudessem equilibrar ações universais com instrumentos focalizados ao invés de tentar recuperar os instrumentos causadores de homogeneização social (ESPINA, 2008).

Com outra perspectiva, a CEPAL argumenta que, a política social adotada pelo governo cubano trabalhou com intensidade em algumas questões de suma importância, tais como o trade off entre produtividade e emprego, e entre o benefício de comunidades atrasadas com a localização geográfica de novas políticas. Assim, afirma que o conceito de política social em Cuba possui um objetivo multifacetado, já que, tende a avançar de maneira simultânea no melhoramento das condições de vida e de bem-estar material, na equidade e na transformação de valores. Possui ainda, efeito de complementaridade que melhora as ações nas etapas de crescimento econômico e avanços sociais sustentado e ajuda a diminuir os efeitos dos déficits de recursos no período de crise econômica (CEPAL, 2000).

Nessa perspectiva, Ferriol (2004), afirma que surge a necessidade de transformar a gestão da política social, passando de um modelo de atenção muito pouco diferenciado, a outro mais personalizado – novos programas da revolução. Segundo Ferriol um dos objetivos centrais da política cubana

ha sido el mejoramiento del bienestar social y la equidad, en ocasiones incluso posponiendo metas en la esfera económica, [pero que] para disminuir los problemas de pobreza, desigualdad y vulnerabilidad se requiere lograr avances en las condiciones económicas, pues el crecimiento también es condición necesaria para el desarrollo social (Ferriol 2004, p. 59 y 88)

Dentro dessa ótica, a política social cubana tem buscado alcançar uma homogeneidade capaz de integrar a esfera econômica e a esfera social através de ações como o Programa de Trabalho comunitário Integrado, programas de massificação do acesso a cultura e a informática e a atenção focalizada a necessidades especiais e setores pobres, entretanto, urge com uma certa urgência promover certas ações, tais como: as relações de propriedade e as instituições econômicas deveriam ser transformadas, formas diferentes de propriedade deveriam trabalhar juntas e a propriedade estatal ser



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

dinamizada por meio de mais competição; os mercados deveriam ser de compradores, em vez de vendedores, a fim de promover a competição e assim reduzir os preços e melhorar a qualidade; deve haver mais descentralização na administração, a economia interna deve adaptar-se ao ajuste externo e avançar progressivamente no sentido da convertibilidade do peso (González, 1995). E, com isso, ressaltar a importância outorgada à equidade a fim de se atingir as metas satisfatórias nas distintas etapas de desenvolvimento.

Considerações finais:

A partir do estudo teórico empreendido nesse artigo pudemos observar importantes transformações no que concerne a efetivação e implementação das políticas sociais no território cubano. Com o triunfo revolucionário foram adotadas medidas de base que buscava uma política social orientada para a equidade e a igualdade social. Com a crise a partir dos anos 90 foi necessário transformar a estrutura econômica para promover o desenvolvimento dentro do atual contexto internacional. A economia até então em vigor não pode crescer, como antes de 1990, já que o modelo socialista adotado pela ilha havia entrado em colapso com o fim da URSS e dos outros países socialistas. Assim, cumpre ser inevitável promover um debate que contemple alternativas para enfrentar os efeitos da crise e acelerar sua solução por meio de uma estratégia mais lógica e viável.

A fim de otimizar a gestão da área de política social seria necessário descentralizar as competências buscando a participação mais efetiva das organizações sociais e familiares nas decisões e ações de controle, Além disso, é imprescindível estabelecer uma estreita relação entre sustentabilidade econômica e dimensões do bem-estar social para que se possa garantir o sucesso de novos programas sociais que necessitam de material e recursos financeiros substanciais e, claro, o capital humano e a melhoria da política econômica e social, para atender as necessidades dos pobres e vulneráveis.

Sob estas condições, a política social cubana apresenta como propósito alcançar a homogeneidade da sociedade dos anos subsequentes a revolução. Ou seja, busca-se uma política social entendida não só como igualdade de oportunidades a toda população



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

para satisfação de necessidades, mas também no sentido de dar maior atenção aos grupos sociais com posição desvantajosa para aproveitar as oportunidades existentes.

A superação da crise atual exige um modelo de acumulação intensiva e maior eficiência, e isso só é possível com uma reestruturação fundamental da economia e o término da reforma econômica com coerência adequada. A primeira década do século XXI é o momento para encarar esse desafio.

Referências Bibliográficas:

ÁLVAREZ, Anicia García. CRUZ, Betsy Anaya. **La política social cubana: derrame hacia otras regiones del mundo.** Prepared for delivery at the 2009 Congress of the Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, Brazil June 11-14, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio.** São Paulo: Cortez, 1998.

CASTRO, Fidel. **A história me absolverá.** 3ª ed. São Paulo: Alfa - Omega, 1979.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). **Política social y reformas estructurales: Cuba a principios del siglo XXI.** D.F., Fondo de Cultura GENERAL, Abril de 2004.

_____. **La economía cubana, reformas estructurales y desempeño en los noventa.** 2º Ed. LC/G.2020/Rev.1, México, D.F., Sede Subregional de la CEPAL en México, 2000.

CÉSAR, M. A. **Mujer y Política social en Cuba: El contrapunto socialista al bienestar capitalista.** Mercie Ediciones S. A., 2005.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência na Sociedade Brasileira: Uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

ESPINA, Mayra. **Viejas y nuevas desigualdades en Cuba: Ambivalencias y perspectivas de la reestratificación social.** Nueva Sociedad, nº 216, Julio-agosto de 2008.

EUZÉBY, Chantal. **A Inclusão Social: Maior desafio para os sistemas de proteção social.** In: SPOSATI, Aldaíza (Org.). **Proteção Social de Cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal.** 1ª. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2004, p 33-55.

FERRIOL, A., Quintana, D. y Pérez, V. **El desarrollo social en Cuba, en Estructura Económica de Cuba.** Tomo 1, Editorial Félix Varela, La Habana, 2004.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

FERRIOL, A., Quintana, D. y Pérez, V.: **Política social en el ajuste y su adecuación a las nuevas condiciones.** Proyecto de investigación PCTN Economía Cubana, INIE, 1998.

GONZÁLEZ, A.: Modelos Económicos Socialistas. Escenarios para Cuba en los años noventa. Revista Cuba: Investigación Económica No.3, 1995.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Políticas Sociais: focalização ou universalização?** Revista de Economia Política, vol. 26, nº 4 (104), p. 564-574, outubro-dezembro/2006.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro, Zahar, 1963.

MESA-LAGO, Carmelo. **La Política Social y Económica en Cuba: ¿un ejemplo de desarrollo integral para América Latina?** Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos. América Latina- ARI Nº 148, 2005.

NEGRÍN. Ernesto Chávez. **El combate contra la pobreza en Cuba. Políticas públicas y estrategias familiares.** Seminario Internacional: “El rol del Estado en la lucha contra la pobreza” Recife, Brasil; 19-21 de marzo del 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades Humanas: **Subsídios à crítica dos mínimos sociais.** São Paulo, Cortez, 2002, p. 100-124.

RODRÍGUEZ, J.L. Informe sobre los resultados económicos Del 2002 y el Plan Económico Social de 2003, Granma, La Habana, 26 de diciembre de 2002.

SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada: cidadania direitos humanos e desigualdade social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SPOSATI, Aldaíza. **Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio.** Rio de Janeiro: IPEA, 2002 (Texto para Discussão, 436).

VIEIRA, Edvaldo 2004. **Os direitos e a política social.** São Paulo: Cortez, 2004.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. ALVES, João Carlos Lima. **O mito do declínio do Welfare State.** Emancipação, Ponta Grossa, p. 225-232, 2009. Acesso em: 20/05/2011. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao>.